

O LUGAR DA PSICANÁLISE E A UNIVERSIDADE

The place of psychoanalysis and the university

El lugar del psicoanálisis y la universidad

André Gellis¹

RESUMO

Na qualidade de uma prática psicoterapêutica existente na civilização, de um método de investigação da subjetividade e de um saber sobre o sujeito e a civilização, a psicanálise se depara com a questão de seu lugar frente à Universidade e às instituições em geral. A teoria dos discursos de Lacan permite apreender a função da Universidade como uma prática de linguagem em suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, caracterizada por sua consagração a um ideal de mestria. Neste sentido, a Universidade submete o saber aos ideais de consistência e de completude, e se volta para a aplicação e difusão de um puro saber da mestria baseado na ciência e em uma racionalidade material e causalista, com a conseqüente exclusão do sujeito e do inconsciente. A teoria dos discursos também permite apreender a disparidade entre o discurso do universitário e o discurso do analista, uma vez que, marcado pela incompletude, e indissociável da clínica, portanto da extensão, o saber da psicanálise apresenta uma consistência particular, traço fundamental de seu objeto — o inconsciente — e de seu princípio de colocação em causa da subjetividade.

Palavras-chave: psicanálise; universidade; discurso.

ABSTRACT

As a usual practice in society, psychotherapy is considered a normal procedure, but how does it take place in an investigation method of subjectivity in the university? The theory of speech of Lacan helps us to locate a place to psychoanalysis in the university as a language practice in the role of teaching, research and extension (community work). In this sense, the university submits the ideas of conscience to science and material rationality, excluding the individual and the unconscious. The theory of speech helps us to see the difference between the speech the students use and the speech the analyst uses in his practice. The psychoanalysis has its own knowledge based on the unconscious, due to the clinic work precedes as well as the work in university extension (community work). The work of the analyst has his particular world to treat his main object — the unconscious.

Keywords: psychoanalysis, university, speech.

RESUMEN

En la calidad de una práctica psicoterapêutica existente en la civilización, de un método de investigación de la subjetividad y de un saber sobre el sujeto y la civilización, el psicoanálisis se depara con la cuestión de su lugar frente a la Universidad y a las instituciones en general. La teoría de los discursos de Lacan permite incautar la función de la Universidad como una práctica de lenguaje en sus dimensiones de enseñanza, investigación y extensión, caracterizada por su dedicación a un ideal de maestría. En consecuencia, la Universidad somete el saber a los ideales de consistencia y de completude, y se vuelve para la aplicación

¹ Psicanalista, Diretor do Centro de Psicologia Aplicada da Unesp de Bauru, Prof. Dr. do Depto. de Psicologia da Unesp-Bauru, responsável pela disciplina Teorias e Técnicas Psicoterápicas VII e pelo Estágio Supervisionado em Clínica Psicanalítica. Av. Eng. Edmundo Carrijo Coube, 14-01. Bairro Vargem Limpa – Bauru-SP CEP: 17033-360. Fone: (14) 3103-6090 e 3203-0562. E-mail: agellis@fc.unesp.br.

y difusión de un puro saber de la maestría basado en la ciencia y en una racionalidad material y causal, con la consecuente exclusión del sujeto y del inconsciente. La teoría de los discursos también permite incautar la disparidad entre el discurso del universitario y el discurso del analista, una vez que, marcado por la incompletude e indisoluble de la clínica, por lo tanto de la extensión, el saber de la psicoanálisis presenta una consistencia particular, trazo fundamental de su objeto — el inconsciente — y de su principio de colocación en causa de la subjetividad.

Palabras-clave: psicoanálisis, universidad, discurso

Ocupar-se da psicanálise, de sua prática e teoria, não se dá sem consequências, ainda que nos horizontes da Universidade. E uma vez aí, esta incumbência acabou por exigir que primeiro eu esclarecesse o quanto a Universidade é uma prática da linguagem, à face da qual a psicanálise talvez encontrasse lugar não fosse esta operação que ela figura sobre o fundo de linguagem ao fazer existir o inconsciente. À diferença desta, a Universidade encontra a sua razão de ser ao referendar um referencial de saber e ao assentir com o ideal da mestria para as suas mais diversas ações nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Ora, a mera efetividade do inconsciente acarreta ao saber a falta, e à mestria a falta de sua própria congruência. No entanto, nada é tão oportuno quanto a psicanálise e a sua clínica para restabelecer uma consequente articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Se para exercer a sua função de organizar e articular os saberes estabelecidos, de buscar conhecimento e ensejar o pensamento e a formação pessoal e profissional, a Universidade não pode se sustentar senão por meio de uma ansiada ligação entre ensino, pesquisa e extensão, ligação que, de mais a mais, deverá ser sólida e estável, a psicanálise, por seu turno, apontará para uma outra ordem de correlação entre estas dimensões, se é verdade que ela, a psicanálise, é antes de nada uma articulação que visa dar conta de um aspecto específico da realidade humana: a psicanálise é uma investiga-

ção, a do inconsciente, que não ocorre sem uma transmissão, mas nunca fora de sua destinação prática, o que denota a extensão.

Não obstante à sua função e razão de ser, a Universidade não escapa das demandas a ela dirigidas: a de responder a certos problemas e questões, a de propor soluções, em especial por meio de formação e capacitação. Em poucas palavras, ela é o *topos* do saber. É por este aspecto que se pode entender em que a Universidade, como prática de linguagem, é um discurso: ela responde a demandas. Pois bem, não há discurso que não presuma um outro de quem parte uma demanda que se apresenta como descontentamento, queixa, protesto etc. Em todo caso, trata-se de uma questão, mas de uma questão que remete à questão sobre o ser, isto porque inexistente discurso que não se proponha a produzir um saber sobre o ser, e um saber que dependa do pensamento e de sua comunicação ao outro. De fato, um discurso se define pela existência de enunciados fundamentais que estabelecem laço social entre um sujeito e outro e determinam uma certa enunciação. No caso da Universidade, propõe-se enunciados eivados de julgamentos ontológicos que buscam conjugar essência e existência. Propõe-se, portanto, um saber, o qual deve se fundar em um pensamento racional, científico, reflexivo. Em contrapartida, não há discurso que não se afirme como saber especulativo, uma vez que enuncia um saber sobre o ser em geral – nunca sobre o ser em particular. E aí está a Universidade, pois o saber que se abstrai de seu discurso supõe um pensamento racional e institui um ideal: o da busca da mestria, da «verdadeira» mestria: a mestria interior, o poder ser. Ora, toda esta perspectiva nega o inconsciente. Um saber sobre o ser não se sustenta, pois não há ser do sujeito, mas sim um efeito de discurso, de uma articulação de significantes, donde o inconsciente, que é a própria contestação de todo e qualquer julgamento ontológico que pretenda a conjunção da essência e da existência.

Alheia a esta contestação, a Universidade acaba por relegar o sujeito a uma posição outra que não a do agente do discurso – o universitário, daí o real nome deste discurso – ou a do outro a quem se dirige o seu discurso. Neste, é o saber que ocupa o lugar dominante, o lugar da ordem, ocupado originariamente por um Mestre, autor do saber. O discurso do universitário se encontra ordenado pelo saber dos Mestres, dos grandes Mestres, e opera para transmitir a ordem destes. Segundo Lacan (1992), o que os Mestres fazem é constituir, de si mesmos, um discurso a parte, que instaura um laço social dominante-dominado por meio de uma linguagem imperativa. É graças à autoridade do Mestre, aquele que enuncia um significante-mestre no imperativo, que este laço se instala. Sem um comando no imperativo não há este laço. O Mestre dirige, dá palavras de ordem, significantes que fazem o outro agir. Este poder inscreve um saber: é o «*faça isto!*» para que «*sejas isso!*». Este laço dominante-dominado – que é o laço da educação, da colonização etc. – pressupõe uma identificação e propõe um ideal de domínio sobre si mesmo e sobre o outro! Enfim, propõe um saber do dominado, revelando o que é um Mestre.

Como respostas que são, ensino, pesquisa e extensão buscam realizar a mestria interior, que não seria senão uma ordem originária de um Mestre. Porém, este discurso do universitário se apodera deste saber do dominado – o Mestre – e o torna um puro saber, um saber teórico separado da experiência de domínio de si e do outro. É por isso que o discurso do universitário, ou seja, o laço professor-aluno, não pode propor nada mais que um continuar a saber; pior, um saber posto a serviço de um poder. Pois bem, este discurso é a negação do inconsciente, sobretudo porque insiste em ignorar os seus próprios malogros: ao ser colocada como ideal, esta mestria se torna irrealizável, seja para aquele encarregado por este discurso, o universitário, seja para o outro a quem se diz em resposta, a quem este

discurso se dirige e exige ser. Baseado em um saber estabelecido, em um saber fazer, este discurso ignora o inconsciente, equivoca-se quanto à função do saber e permanece saturando-se de produções imaginárias. Não à toa, desconhece o que é da ordem do impossível e da obrigação e insiste em apelar à linguagem imperativa e propor o exercício de um poder imaginário. Isto porque se assenta na ideia de um saber fazer que não concerne senão ao objeto, portanto, à ideia de poder identificado a uma intervenção unilateral. Ora, a dimensão do inconsciente leva a psicanálise a questionar a utilização do saber que permitiria o uso deste poder: o poder de intervir unilateralmente, o poder fazer, o poder ser. Por conseguinte, é questionável basear neste uso do saber qualquer ensino, pesquisa ou extensão. A experiência de análise mostra que as coisas não podem ser desta maneira.

No caso da extensão universitária o apelo a tais recursos imaginários é a palavra-mestra. Por vezes caracterizada como uma atividade formativa, cultural e científica muito específica, a extensão é o elemento com o qual o discurso visa articular o ensino e a pesquisa de maneira indissociável em vista deste poder, seja porque possui um efeito social integrador na medida em que se constitui em uma via privilegiada de comunicação da Universidade com o outro que demanda, que requer em sua questão – quer dizer, os mais diversos setores da sociedade –, seja porque esta mesma via de comunicação permite tanto a emissão de um saber como a sua produção, seja porque ela se constitui em mais uma alternativa de aquisição de conhecimento e de aprendizagem, uma vez que é utilizada para desenvolver e aprofundar a formação da graduação. Acontece que ensino, pesquisa e extensão, como práticas do discurso do universitário, baseiam-se na mestria, quer dizer, em um saber pré-estabelecido, em um saber fazer e poder ser; em todo caso, em um saber que se supõe poder ser ensinado ou aprendido, emitido, aplicado ou dominado, produzido, ora

pelo universitário, ora pelo outro. Uma transmissão seria vaticinada pelos detentores do saber! A da mestria! Mas tal se realizaria?

Indiferente a esta dimensão da realidade humana, o inconsciente, a Universidade se pauta na razão e na ciência, cujas práticas têm de se fazer representáveis, isto é, devem dar lugar a algum saber consistente. Quer dizer, o discurso do universitário se submete ao princípio de uma ciência ideal, segundo o qual a ciência é o discurso consistente, organizado. Neste mesmo movimento, ensino, pesquisa e extensão ordenam-se em razão de um ideal de ciência e determinam, para a construção de seu próprio saber como uma teoria consistente, objetos dos quais nada quer saber. O discurso organizado da ciência exclui o acidental, os lapsos, os erros de atenção, os equívocos ocasionais, os desentendimentos... ou seja, objetos decorrentes da manifestação do sujeito. Tais exclusões destinaram-se à psicanálise, cuja especificidade reside justamente em ser a ciência em que apenas como sujeito é que alguém pode se inscrever. Isto porque o saber decorrente da psicanálise não é um puro saber, uma *theoria*, ele deriva da clínica; o saber que a psicanálise deriva nem sequer está dividido entre dois imperativos absolutos e contraditórios como os da completude e da consistência. É a ciência e a razão que impõem ao saber a necessidade de que eles se bastem a si mesmos, ou seja, que eles dispensem a intervenção de um sujeito que os enuncie e os articule e que sejam somente estes saberes autossuficientes os que recebam alguma representação no horizonte científico-racionalista. É também a ciência e a razão que impõem ao saber o imperativo absoluto da consistência, que dita que toda representação que se queira científica e racional deve obedecer às mesmas leis de sua escrita.

No âmbito acadêmico, se trata exatamente disso. O científico e o racional aí se definem basicamente como uma instância simbólica a partir da qual um discurso se organiza. Ora, desta definição decorre um princípio, senão dois:

o ideal de ciência: discurso organizado é o científico. Daí a necessidade de uma ciência ideal: ciência é aquela que se dispõe em um discurso organizado. Em outros termos, o científico e o racional devem se fazer representáveis, devem dar lugar a uma teoria consistente, a um puro saber. E será sempre a partir deste saber que a Universidade organizará a extensão como aplicação, como a efetivação de um saber fazer, encerrando-se assim nas veleidades da mestria e da sugestão e passando a ter o saber como um objeto a ser manipulado e acumulado.

* * *

Uma vez a psicanálise no mundo, não se pode ignorar o real, o impossível que se apresenta de inúmeras formas: o impensável, o indecifrável, o impossível da mestria do saber e poder. Se há o inconsciente, há o que escapa à consciência, há algo como um saber fora da consciência, que, não obstante, opera, tem efeito. A psicanálise se funda no saber inconsciente, ou seja, em um saber que não se adquire nem se aprende. Ela se funda na experiência analítica, e, em última instância, em uma ruptura: a queda da subjetividade que se crê reflexiva, o fim das ilusões da consciência e do eu.

Em recíproca, ao não se eximir de atender ao seu objeto, o inconsciente, a psicanálise dá origem a um saber de consistência muito particular. Freud (1973/1900) mesmo julgava não ter chegado a constituir um sistema acabado ou minimamente organizado de proposições teóricas devidamente verificáveis, muito embora estivesse certo de que o inconsciente não se o verifica como um fato científico e reafirmasse constantemente a condição efêmera dos «conceitos fundamentais» de toda e qualquer ciência. A psicanálise não partilha dos ideais absolutos da completude e da consistência, da ciência ideal. O inacabamento da teoria freudiana revela muito bem a consistência específica do saber psicanalítico: Freud (1973/1914 e 1915) almejou para a psicanálise um «saber científico», mas sempre

errou este alvo, a despeito do rigor intrínseco de seu trabalho. Mais do que isso, esta errância fez com que a psicanálise preservasse uma falta fundante, pois ela não deixa de assumir a sua condição de incompletude teórica. Ocorre que é exatamente isso o que a coloca em ruptura em relação às ciências e à universidade, sobretudo porque o inacabamento de seu saber é um estado de fato e de direito e não resultado de obstáculos ou resistências ao seu trabalho.

Enfim, há uma disparidade entre o saber psicanalítico e o saber científico-racional: somente um dá lugar ao inconsciente. Como se disse, o saber da mestria emitido pelo discurso do universitário decorre de um pensamento racional que, por natureza, procura eliminar o inconsciente, o acidental, aquilo que falha ou vai mal. Constituídos em maior ou menor grau sobre o modelo hipotético-dedutivo, os saberes científico-acadêmicos apresentam uma axiomática invariante, a partir da qual se elaboram enunciados reconhecidos como verdadeiros no quadro da teoria considerada. E mesmo que haja revoluções no âmbito desta axiomática², esta axiomática não se altera. Logo, ela pode ser apresentada de maneira globalizante e hierarquizada, como base da ciência ideal. Ela é um raciocínio dedutivo invariante, sobre o qual se institui o saber para o discurso do universitário. Esta axiomática invariante bem pode ser considerada um método, pois ela se apresenta como um procedimento destinado a gerar um sistema lógico (sempre de acordo com regras bem definidas) por deduções lógicas a partir de certos axiomas ou postulados considerados primitivos. Este método ambiciona atingir uma completude e constituir um sistema, ou seja, uma forma acabada de uma teoria dedutiva construída a partir de termos primeiros e de proposições primeiras, os axiomas, desenvolvidos com a ajuda de regras de definição e de demonstração; uma teoria caracterizada pela notação simbólica e formal, donde o puro saber. Trata-se de um sistema, o

sistema axiomático. E se a referência da ciência ideal tem sofrido alterações há tempos, isto não significa que o clássico ideal científico tenha perdido seu lugar no mundo. Se a partir de meados dos anos 1960 (Popper) a ciência ideal passa a substituir os axiomas e princípios da evidência e do mínimo³ pelas hipóteses e pelos princípios da não-evidência e do máximo⁴, isto não acarreta no fim do ideal de ciência. Pois bem, ao se manter ideais para a ciência, clássicos ou não, um posicionamento é exigido.

Por pouco que a efetividade da psicanálise seja conhecida, isto já é suficiente para que uma posição seja tomada. Para a psicanálise, a questão sobre a ciência não se esgota na filiação a estes ideais, nem na rejeição do sujeito, pois há o problema da disjunção entre a verdade e o saber.

A ciência deu um passo irregressível ao tomar a posição de que a resolução da questão da verdade não lhe cabia e que nada lhe restaria a não ser o tratamento do problema da legitimidade do saber que se pode atingir, logo, o tratamento do problema do objeto a ser conhecido e do método que pode conduzir a este autêntico saber. Ora, ao propor para si um saber que não mais se ocupa de seus fundamentos de verdade a ciência se torna moderna, mas, no mesmo ato, institui uma divisão entre saber e verdade, e passa a tratar o saber como aquilo que pode servir para aumentar o saber. Ao desconsiderar a questão da verdade e passar a se saturar de saber, a ciência deixa de lado o sujeito. Por esta via do aumento do saber a ciência marcha rumo à eliminação do sujeito, em vão. Em outras palavras, moderna, a ciência se esforça inutilmente para suturar o sujeito da ciência pela via de um acúmulo de saber. Inutilmente porque, desde então, o sujeito se torna um impossível para a ciência, o ineliminável, o real que aí está, sempre.

³ Na definição clássica científica, os axiomas são evidentes, logo, indemonstráveis, e espera-se, sempre a partir de um número mínimo deles, obter-se conceitos, os quais são também expressos em um número mínimo de conceitos menores.

⁴ No caso em questão, uma teoria terá mais valor quanto mais ela comportar hipóteses falsificáveis, logo, não-evidentes.

² KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas* (1960). 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

A psicanálise também está às voltas com o real, mas eletivamente. À diferença desta ciência, a psicanálise se volta para o real, para trazer à luz o sujeito. Para tanto, ela o defronta pela via do que vai mal, do equívoco, da falha, ou seja, pela via do sintoma e das formações do inconsciente em que a verdade retorna. Isto significa que a psicanálise se confronta com a ciência apenas porque ela, a psicanálise, opera sobre o sujeito da ciência (LACAN, 1966/1965), mas tendo por referência a verdade. Quer dizer, a psicanálise lida com o sujeito da divisão do saber e da verdade sem nunca deixar de fora da dimensão do saber a verdade que retorna com o que vai mal, com a falha, a falta, o equívoco...

* * *

Desejoso de que a psicanálise tivesse um reconhecimento científico, Freud (1973/1915) abraçou a exigência de completude e promoveu o ideal de uma apresentação conceitual consistente e completa da psicanálise. Porém, o respeito de Freud pelas imposições inerentes ao objeto de sua *démarche* – inconsciente – o liberou frequente e inabalavelmente desta exigência de completude, o afastou continuamente deste ideal científico de uma consistência imaginária, até porque havia uma dimensão clínica, a da verdade do sintoma, a ordenar a teorização. Até mesmo a ideia de um projeto metapsicológico tinha como perspectiva permanecer inacabado: Freud (1973/1914) jamais arrolou as suas «hipóteses teóricas» ou os seus «conceitos fundamentais» e nunca deixou a sua audácia especulativa dissociar-se da clínica.

A psicanálise é uma prática existente na civilização, um «método» com destinação prática, a experiência analítica, que, como tal, se aplica à extensão universitária. E ainda que se nomeie esta experiência de tratamento, a base será a investigação do inconsciente, da verdade e do saber inconscientes. Mais do que isso, a investigação em psicanálise também é uma pesquisa, pois requer uma coerência interna da teoria,

dado que se estabelece em uma prática. Mas, além disso, ela requer que esta teoria (ou saber) tenha potencial transformador. Isto significa que tanto a produção do saber do inconsciente como esta coerência do saber nada devem ao ideal imaginário da pura consistência teórica. Em função do discurso do analista, o saber tem de ser considerado em função da verdade e na perspectiva de que a realidade não é um objeto da realidade a ser conhecida. Trata-se de uma realidade nova, concernente à dimensão da linguagem. No caso da psicanálise, esta realidade é criada pelo laço entre analista e analisante, eximindo-se do domínio da sugestão e da mestria. O dispositivo analítico da associação livre é que estabelece as condições para que este laço ocorra e ultrapasse a dimensão do senso comum. Assim, a investigação em psicanálise se subtrai ao dado objetivo empírico e controlável; ela se sustenta na fala do analisante e na subjetividade do analista que escuta. Como lidar com este movediço campo intersubjetivo em que as flutuações condizem tão pouco com o científico?

Seja ele qual for, um campo se o demarca. E um praticante poderá aí se balizar se subtrair-se às tentações da sugestão e da mestria. E se estiver no campo freudiano isto será imprescindível, pois a especificidade da psicanálise se define no exato momento em que Freud (1973) retira as suas intervenções clínicas do domínio da sugestão e da mestria, logo, do registro do senso comum, em prol de um outro, o da interpretação e do manejo da transferência.

A realidade do senso comum, a ciência a investiga pelo experimento. A ciência, todavia, não pensa na essência desta realidade, mas apenas em seu funcionamento. Assim, conhecer é estabelecer um objeto a ser conhecido. Instalada na objetividade, a ciência não se pergunta por que estes objetos são e por que existem; ela se pergunta como eles são, como bem dominá-los, como aproveitá-los, enfim. Em contrapartida, a análise pressupõe não que o analista faça experimentos, mas que o analisante use a sua

razão para lidar com o que traz a experiência. O que se propõe é que a subjetividade se submetta a uma experiência inédita, na qual a razão é questionada em sua consciência e não em seu conhecimento e sensibilidade. Trata-se de colocar em causa a subjetividade, e não o saber consciente, na medida em que não se trata de produzir mais saber, nem de transmitir um saber preestabelecido.

Com a psicanálise a razão sofre uma nova investigação: a do inconsciente. Ação que pode levar o sujeito a deixar de desconhecer que se é sendo determinado por causas que escapam a qualquer controle, à mestria. E é devido ao ineditismo desta investigação que Lacan (2003/1964) divide a psicanálise em pura e aplicada, o que acarreta em uma diferença entre teoria e prática na razão. A psicanálise pura concerne à experiência analítica, à clínica, cujo recurso, como se sabe, é sedutor, mas escassamente probatório; por isso se torna indispensável à teoria e à psicanálise aplicada a clínica, a extensão. Haveria, portanto, uma sujeição do ensino à extensão, mas também a subordinação desta ao saber do sujeito e, por fim, à teoria analítica. É em função destas sujeições que o psicanalítico se caracterizará por uma dupla referência: a uma crítica da prática e a uma ética que é a própria prática de sua teoria.

Disto decorre que o aspirante à psicanálise não pode esperar encontrar um campo de saberes psicanalíticos que lhe pudessem ser ensinados ou lhe permitissem uma aplicação à maneira da extensão ou pesquisa universitárias, pois a investigação do inconsciente supõe uma crítica e uma ética reveladoras do engodo da mestria. Uma vez que o campo da psicanálise é o da palavra e da linguagem, a clínica estará sujeita a reestruturações e oscilações a tal ponto que a legítima prática de um analista não será possível se ele não se autorizar a partir dele mesmo, nunca a partir do saber do Mestre. O que corresponderia a dizer que só será possível se se autorizar de seu saber analítico: do saber de seu

inconsciente, da verdade de sua posição de sujeito – tudo aquilo que o discurso do universitário exclui. Se a transmissão da psicanálise (ensino e extensão) ignorar tais aspectos, ela acabará fazendo com que o saber sobre o inconsciente – o típico saber dispensado na academia, nos institutos – impeça o acesso do sujeito à verdade, a seu próprio saber inconsciente e, consequentemente, o acesso ao inconsciente dos outros. Nada se poderá dizer ao outro...

Em um sentido mais amplo, isto significa que um ensino que ignore o inconsciente acarreta ao aprendiz a impossibilidade de acesso ao outro, de dizer ao outro. No caso da psicanálise, se a transmissão se reduzir a um ensino do saber sobre o inconsciente ela acabará por subordinar a formação analítica a uma operação imaginária na qual o saber fazer constituído de um analista seria mágica e calculadamente transferido pelo mestre ao aluno, por um supervisor ao estagiário, por um analista ao seu «paciente». Eis porque certas questões são irrecusáveis: dada a existência da fala e da linguagem, a prática remete o praticante a uma problemática: como se posicionar em relação ao inconsciente? Que referências utilizar? Que saber poderia se legitimar do inconsciente? As respostas passam por uma elaboração subjetiva, que concerne tanto à «experiência que se adquire», como aos «recursos subjetivos» de que um sujeito dispõe para fazer face a uma prática, mas que remete a um problema de demarcação: *como fazer?* Na medida em que prevalece sobre a perspectiva de um *saber fazer*, esta indagação se torna o ponto em que se pode localizar a supervisão clínica como elemento em torno do qual se articulam a teoria, a técnica, a investigação e a prática, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em função da efetivação e da transmissão da psicanálise a partir da universidade e do estatuto do saber e da verdade em análise, associar o estágio à disciplina teórica e às atividades de extensão e de pesquisa é inevitável. Mas desde que se preserve a consistência específica do

saber psicanalítico em sua incompletude, desde que se dê lugar a uma elaboração subjetiva que nenhum ensino poderá substituir. O ensino da psicanálise não apresenta senão uma perspectiva: a de uma transmissão que se localize fora da dimensão de mestria, alhures, em um lugar estranho ao saber estabelecido, ao saber fazer, registro que *faz do saber* letra morta. Trata-se de uma transmissão que nasce de um lugar de verdade em que a comunicação de quem fala diz ao outro, como tal, em sua alteridade – o que não faz o discurso do universitário. Trata-se de uma comunicação de um sujeito que diz algo de seu próprio acesso à análise e ao saber da psicanálise, que diz algo de sua transferência, ou seja, *faz saber a verdade*.

Com efeito, fazer saber é criar conhecimento, é comunicar. A psicanálise é uma experiência e mostra que a transmissão pode se fundar na comunicação de um lugar, de um lugar em que o saber de quem fala se autoriza apenas e tão somente de um dizer verdadeiro, que permanece em questão: é a elaboração subjetiva em ação. Ora, esta fala concerne à ordem do discurso e não seria senão um dizer do lugar de analisante.

Antes de mais, há que se esclarecer que a elaboração subjetiva que se dá em uma análise seria nada mais nada menos do que deixar o inconsciente ter lugar. Ela nada mais seria do que a colocação em causa da subjetividade própria de cada um dos que chegam à psicanálise, com a irrevogável renúncia da evidência de que a subjetividade seja reflexiva, identificada à consciência. Esta elaboração subjetiva é o movimento de um trabalho psíquico de crítica das ilusões de um sujeito que se crê racional e reflexivo, centrado na consciência e na razão. Sem esta elaboração não há nem transmissão nem aplicação da psicanálise – há transmissão das veleidades da mestria. Então, em sentido geral, é imprescindível expor ao praticante certas questões antes de se passar às atividades inerentes ao estágio, à extensão e à pesquisa, sejam elas quais forem.

A psicanálise é a proposição de se levar em conta que a subjetividade pode ser submetida a uma experiência nova, na qual a razão é questionada na sua consciência e não em seus conhecimentos. Isto acarreta em certa posição subjetiva em face do saber: o abandono da perspectiva de completude do saber e do acúmulo de saber. De fato, no campo psicanalítico há uma diferença entre teoria e prática na razão, uma vez que a psicanálise implica no inconsciente e em uma crítica da prática e uma ética. A transmissão da psicanálise pressupõe todos estes termos em sua articulação com a extensão e com a pesquisa. Mais do que isso, a delimitação da especificidade da psicanálise é intransmissível fora de uma ética: a do trabalho de elaboração de sua própria prática, de verificação dos efeitos do que aí se realizou de verdade. É neste ponto que a supervisão recebe o seu estatuto real e se articula com um ensino consagrado à investigação e à transmissão. Em outras palavras, o praticante abrirá para si próprio alguma possibilidade de transmissão – da psicanálise, p.ex. – somente se tomar ao seu encargo o questionamento do que se realizou em sua ação.

Ocorre, porém, que esta particularidade do saber e do proceder psicanalítico, que para os ideais de ciência colocaria em questão a legitimidade de seu saber, na verdade toca o âmago da metodologia científica e de diversas práticas terapêuticas. Aliás, é como prática terapêutica da qual decorre um saber psicológico tão eficaz quanto de constituição problemática que a psicanálise as interpela.

A inescapável referência à verdade e à originalidade é marca da psicanálise; não à toa, a investigação do inconsciente e a prática analítica prescindem de uma metodologia que se configure como um modo de assegurar uma direção na investigação da verdade. Com efeito, se esta busca da verdade aproxima psicanálise e metodologia, dela decorrem os fatores que as afastam uma da outra, pois, como arte de conduzir alguém na investigação da verdade, uma

metodologia implica em um programa, ou seja, em uma apresentação sistemática, regulamentar e prévia de uma série de passos e procedimentos a se realizar em vista da exclusividade de investigação da verdade, algo incongruente com a efetividade do inconsciente e a imprevisibilidade da realidade psíquica.

Para dar origem às intervenções analíticas e às leis do psiquismo que só ela investiga, a psicanálise não se apresenta como uma metodologia nem se dispõe a estabelecer uma. Tais proposições escapam à psicanálise porque elas se opoem à ética da interpelação da subjetividade própria de cada um dos que estão no campo psicanalítico. A psicanálise é a colocação em causa da subjetividade, ela mesma. Diante dos temas clássicos e em cada uma das situações e dos problemas investigados por Freud (1973) e por outros analistas, há uma mesma perspectiva ética: *colocar em causa a subjetividade*. Ora, um método implica a exclusão da causação da subjetividade como tentativa de realizar uma melhor equivalência entre a racionalidade e a subjetividade, em vista de uma redução do sujeito à consciência.

Não obstante ao problema do método, há uma epistemologia subjacente à psicanálise, da qual decorrem certos princípios mais profundos. Se a temática de uma metodologia científica para a psicanálise toca na questão da ética da colocação em causa da subjetividade própria de cada um dos que se lançam à análise e à investigação dos temas clássicos e das situações e problemas revelados pela análise, é preciso reafirmar que esta causação da própria subjetividade é feita em vista da investigação do inconsciente, mas também de um certo dimensionamento do que comanda as ações clínicas e a teorização, as quais implicam transferência e desejo. A psicanálise é um lugar de articulação simbólica, é um lugar em que certos princípios são propostos para permitir ao analisante verificar de que se constitui a sua subjetividade. Tais princípios concernem menos a uma doutrina, a um saber preestabelecido do que a determinadas modalidades de balizamento

do psiquismo: o inconsciente, o Édipo, a sexualidade... Balizamento que lança certas marcas para a ação do analista em face dos fenômenos psíquicos. Imprescindíveis, estas marcas delimitam a intervenção analítica e só podem ser tomadas segundo a consideração devida à técnica analítica e nada mais. Qualquer ação tomada sem consideração da técnica analítica ou em função de algo exterior à experiência psicanalítica significa distanciar-se da psicanálise pura. Portanto, a causação da subjetividade é necessária para que o analista alcance a formação particular de que precisa para a prática da análise e não permaneça em um modo de pensar e em um interesse que impeçam a apreensão dos fenômenos psíquicos. Enfim, a causação de si tem de ser feita por si próprio em uma análise porque o que impele ao «ato analítico» tanto nas intervenções clínicas como na escrita, na produção de saber, se caracteriza no mais das vezes como modos de expressão da renúncia da falsa evidência da reflexão em prol da verdade do inconsciente. A clínica psicanalítica é a inevitável suscitação de uma escrita e de uma intervenção tais que atualizam a situação de assumir uma incompletude teórica em vista de uma experiência ainda em curso; mas incompletude que de fato e de direito é coextensiva a uma epistemologia original elaborada em resposta à demanda de encontrar algum lugar, de dar alguma representação aos processos inconscientes, nos quais a verdade retorna.

Em poucas palavras, longe de encerrar-se em uma metodologia unificante e unívoca pautada em uma marcha racional a escamotear sujeito e verdade, assumir a incompletude da teoria e da experiência psicanalíticas é assumir o impossível da mestria e da totalização do saber, é assumir a cadeia significativa em suas falhas, o discurso próprio a cada um, e fundar, sobre esta falta, a força do que faz avançar. A psicanálise pode avançar na Universidade? Para tratar a questão em sua própria linguagem é preciso dizer que a sua dimensão clínica prevalece em face do ensino e da teoria, porque não há clínica

psicanalítica sem uma formalização em ação, sem o advento de um saber de consistência bem particular em posição de verdade, ou seja, sem o advento de uma fala que diga ao outro, como tal, em sua alteridade.

REFERÊNCIAS

CHEMAMA, Roland. *Dictionnaire de la langue française*. Larousse Lexis. Paris: Larousse, 1989.

DOR, Joël. *Thésaurus Lacan: Nouvelle bibliographie des travaux de Jacques Lacan*. Paris: Éditions et publications de l'École Lacanienne (EPEL), 1993.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.

FREUD, Sigmund. (1900) La interpretación de los sueños. In: *Obras Completas*. Madri: Biblioteca Nueva, 1973. v. I, p. 343-720.

FREUD, Sigmund. (1914) Introducción al narcisismo. In: *Obras Completas*. Madri: Biblioteca Nueva, 1973. v. II, p. 2.017-2.033.

FREUD, Sigmund. (1915) Los instintos y sus destinos. *Obras Completas*. Madri: Biblioteca Nueva, 1973. v. II, p. 2.039-2.053.

KAUFMANN, Pierre; *Dicionário enciclopédico de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

LACAN, Jacques. (1965) La science et la vérité. In: *Écrits*. Paris: Seuil, 1966. P. 855 a 877.

LACAN, Jacques. *O seminário, Livro 17. O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. (1964) Ato de fundação. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MILNER, Jean Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.